



PROCESSO N.º 238/06

PROTOCOLO N.º 8.581.272-6/05

PARECER N.º 107/06

APROVADO EM 10/05/06

CÂMARA DE ENSINO FUNDAMENTAL

INTERESSADA: ESCOLA MUNICIPAL PEROBAL - EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

MUNICÍPIO: PEROBAL

ASSUNTO: Pedido de autorização de funcionamento da Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental - Fase I.

RELATORA: CLEMENCIA MARIA FERREIRA RIBAS

I - RELATÓRIO

1 - A Secretaria de Estado da Educação encaminha pelo ofício n.º 363/06-GS/SEED o protocolo em referência, com incluso Parecer n.º 098/06, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento - CEF/SEED, pelo qual a direção da Escola Municipal Perobal - Educação Infantil e Ensino Fundamental, Município de Perobal, mantida pela Prefeitura Municipal de Perobal, solicita autorização de funcionamento da Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental - Fase I, a partir de 2006.

2 - Dados Gerais do Curso

- Curso: Educação de Jovens e Adultos – Ensino Fundamental – Fase I
- Regime de Funcionamento: preferencialmente no período noturno, podendo também atender no período diurno
 - Regime de Matrícula: em todas as áreas do conhecimento
 - Carga Horária: 1.200 (um mil e duzentas) horas
 - Modalidade de oferta: presencial
 - Requisitos de acesso: conforme legislação vigente

3 - Organização Curricular

Os conteúdos escolares estão organizados por área do conhecimento. As áreas de conhecimento referentes ao Ensino Fundamental – Fase I, estão dispostas na Matriz Curricular, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, contidas nos Pareceres n.ºs 02 e 04/98-CEB/CNE para o Ensino Fundamental.



ESTADO DO PARANÁ
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO N.º 238/06

Matriz Curricular

4 - Critérios de Avaliação

Os critérios de avaliação, classificação e promoção estão descritos no Regimento Escolar (cf. fls. 48 a 54).



PROCESSO N.º 238/06

5 - Plano de Avaliação Institucional do Curso (cf. fls.112 a 114):

“A concepção de avaliação institucional explicitada pela SEED/PR, afirma que esta ‘deve ser construída de forma coletiva, sendo capaz de identificar as qualidades e as fragilidades das instituições e do sistema, subsidiando as políticas educacionais comprometidas com a transformação social e o aperfeiçoamento da gestão escolar e da educação pública da Rede Estadual’ (SEED, 2004, p. 11).

Neste sentido, a avaliação não se restringe às escolas, mas inclui também os gestores da Secretaria Municipal de Educação, ou seja, possibilita a todos a identificação dos fatores que facilitam e aqueles que dificultam a oferta, o acesso e a permanência dos educandos numa educação pública de qualidade.

Aliado a identificação destes fatores deve estar, obrigatoriamente, o compromisso e a efetiva implementação das mudanças necessárias.

Assim, a avaliação das políticas e das práticas educacionais, enquanto responsabilidade coletiva, pressupõe a clareza das finalidades essenciais da educação, dos seus impactos sociais, econômicos, culturais e políticos, bem como a reelaboração e a implementação de novos rumos que garantam suas finalidades e impactos positivos à população que demanda escolarização.

A avaliação institucional, vinculada a esta proposta pedagógico-curricular, abrange todas as escolas que ofertam a modalidade Educação de Jovens e Adultos, ou seja, tanto a construção dos instrumentos de avaliação quanto dos indicadores dele resultantes envolverão, obrigatoriamente, porém de formas distintas, todos os sujeitos que fazem a educação da Rede Pública Municipal. Na escola – professores, educandos, direção, equipe pedagógica e administrativa, de serviços gerais e demais membros da comunidade escolar. Na Escola Municipal Perobal, de forma mais direta, toda a equipe envolvida com Educação de Jovens e Adultos – Fase I.

A mantenedora se apropriará dos resultados da implementação destes instrumentos para avaliar e reavaliar as políticas desenvolvidas, principalmente aquelas relacionadas à capacitação continuada dos profissionais da educação, bem como estabelecer o diálogo com as escolas no sentido de contribuir para a reflexão e as mudanças necessárias na prática pedagógica.

Considerando o que se afirma no Documento das Diretrizes Curriculares de EJA que ‘... o processo avaliativo é parte integrante da práxis pedagógica e deve ser voltado para atender as necessidades dos educandos, considerando seu perfil e a função social de EJA, isto é, o seu papel na formação da cidadania e na construção da autonomia’ (SEED, 2005, p. 44), esta avaliação institucional da proposta pedagógico-curricular implementada, deverá servir para a reflexão permanente sobre a prática pedagógica e administrativa das escolas.

Os instrumentos avaliativos da avaliação institucional, serão produzidos em regime de colaboração com as escolas de Educação de Jovens e Adultos, considerando as diferenças entre as diversas áreas de conteúdo que integram o currículo, bem como as especificidades regionais vinculadas basicamente ao perfil dos educandos da modalidade. Os instrumentos avaliativos a serem produzidos guardam alguma semelhança com a experiência acumulada pela EJA. A normatização desta Avaliação Institucional da proposta pedagógico-curricular será efetuada também por meio de instrução própria da Secretaria Municipal de Educação.

Como se afirma no Caderno Temático ‘Avaliação Institucional’:

‘Cada escola deve ser vista e tratada como uma totalidade, ainda que relativa, mas dinâmica, única, interdependente e inserida num sistema maior de educação. Todo esforço de melhoria da qualidade da educação empreendido



PROCESSO N.º 238/06

por cada escola deve estar conectado com o esforço empreendido pelo sistema ao qual pertence' (SEED, p. 17).

Em síntese, repensar a práxis educativa da escola e da rede como um todo, especificamente na modalidade EJA, pressupõe responder à função social da Educação de Jovens e Adultos na oferta qualitativa da escolarização de jovens, adultos e idosos.

A equipe escolar juntamente com o Conselho de Classe e APM – Associação de Pais e Mestres da escola se reunirá bimestralmente ou sempre que se fizer necessário para avaliar o trabalho da escola; para avaliar a Proposta Pedagógica e para planejar o repasse de informações e implementações da Proposta à comunidade.

AÇÕES	OBJETIVOS	METAS
1. Avaliação interna do trabalho escolar	<ul style="list-style-type: none">- Avaliar o trabalho da escola;- Analisar os projetos desenvolvidos na escola, em especial aqueles que envolvem a comunidade;- Promover encontros com a comunidade.	<ul style="list-style-type: none">- Reuniões com o Conselho de Classe;- Encontros com a equipe escolar para conversas e entrosamento;- Análise dos projetos desenvolvidos na escola;- Encontros com a comunidade para sondagens e sugestões eficazes na busca de melhoria na Qualidade de ensino.
2. Acompanhamento da Proposta Pedagógica	<ul style="list-style-type: none">- Avaliar a Proposta Pedagógica da Escola;- Acompanhar as atividades desenvolvidas pela escola que levam à execução da proposta;- Fiscalizar os recursos financeiros destinados à realização da proposta.	<ul style="list-style-type: none">- Avaliação da Proposta Pedagógica;- Reuniões para análise da Proposta;- Acompanhamento das atividades escolares;- Visitas à escola;- Fiscalização dos recursos financeiros utilizados na execução da proposta.
3. Informação à comunidade	<ul style="list-style-type: none">- Informar a comunidade sobre as propostas existentes no Projeto Pedagógico;- Levar à comunidade informações sobre as implementações da Proposta Pedagógica;- Acompanhar a comunidade em suas expectativas em relação ao trabalho escolar.	<ul style="list-style-type: none">- Apresentação da Proposta da escola;- Reuniões com a comunidade para informá-las sobre as implementações da proposta;- Incentivar a comunidade a participar ativamente da escola, colaborando com sugestões ou críticas construtivas, no sentido de ampliar e melhorar a Proposta Pedagógica."



PROCESSO N.º 238/06

6 - Plano de Capacitação Continuada do Corpo Docente (cf. fl. 115):

“De acordo com o Art. 20 do Plano de Carreira e de Remuneração do Magistério do Município de Perobal, o Município facilitará a participação de todos os profissionais de educação da rede pública em cursos de programas de aperfeiçoamento continuado.

O corpo docente dos cursos de Educação Infantil, Educação Especial, Ensino Fundamental 1ª a 4ª séries e Educação de Jovens e Adultos – Fase I participa constantemente e ativamente de cursos de capacitação realizados no Município, como: PCNs em Ação, Grupos de Estudos, Troca de Experiências, Contação de Histórias, Auto-Estima, Motivação e outros envolvendo as diversas áreas do conhecimento, promovidos pela Secretaria Municipal de Educação. Além disso, a maioria dos professores da escola são graduados/pós-graduados, como se constata no quadro de Corpo Docente”.

7 - Corpo Docente

A relação dos docentes indicados para o curso consta do ANEXO I deste Parecer.

8 - Recursos Físicos e Materiais

Os recursos físicos e materiais estão descritos às folhas 69 a 74 e 95 a 104.

9 - Comissão Verificadora

A Comissão Verificadora, designada pelo Ato Administrativo n.º 099/05 (cf. fl. 05), do NRE de Umuarama, constatando “*in loco*” a existência das condições mínimas para o regular funcionamento, bem como da Proposta Pedagógica adequada à Deliberação n.º 14/99-CEE e do Regimento Escolar adequado à Deliberação n.º 16/99-CEE, foi de parecer favorável à autorização de funcionamento do curso (cf. fl. 128).

II - VOTO DA RELATORA

Considerando o exposto e o Parecer n.º 098/06-CEF/SEED, somos pela autorização de funcionamento da Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental - Fase I, presencial, a partir de 2006, com matrícula em todas as áreas do conhecimento e com carga horária de 1.200 (um mil e duzentas) horas na Escola Municipal Perobal - Educação Infantil e Ensino Fundamental, Município de Perobal, mantida pela Prefeitura Municipal de Perobal.



PROCESSO N.º 238/06

A autorização do curso terá validade por 4 (quatro) anos, contados a partir da data de publicação do ato autorizatório, renovável após verificação complementar, à vista da expressa manifestação da vontade da mantenedora em não instalar as séries subseqüentes, conforme art. 34 da Deliberação n.º 04/99-CEE, devendo submeter-se após esse período a processo de avaliação pelo Sistema Estadual de Ensino.

Devolva-se o processo ao estabelecimento de ensino para constituir acervo e fonte de informação.

É o Parecer.

CONCLUSÃO DA CÂMARA

A Câmara de Ensino Fundamental aprova, por unanimidade, o Voto da Relatora.
Curitiba, 09 de maio de 2006.

DECISÃO DO PLENÁRIO

O Plenário do Conselho Estadual de Educação aprovou, por unanimidade, a Conclusão da Câmara.

Sala Pe. José de Anchieta, em 10 de maio de 2006.



PROCESSO N.º 238/06

ANEXO I

Estabelecimento: Escola Municipal Perobal - Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Município: Perobal

Curso de Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental - Fase I

Relação de Docentes

DOCENTE	FORMAÇÃO
Izabel da Cruz Souza	• Magistério
Precila Pereira de Oliveira Ribeiro	• Magistério
Izabel Maria Novais	• Curso de Formação de Docentes, em Nível Médio, na Modalidade Normal
Maria Aparecida Santos Barbosa	• Formação de Docentes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em Nível Médio, na Modalidade Normal a Distância